

Entre o cuidado e a sobrevivência: mulheres, gênero e estratégias de sobrevivência durante a seca de 1877–1879 no Piauí

Kercia Andressa Vitoriano Gonçalves Universidade Federal do Piauí
Teresina, Piauí, Brasil

Francisco Gleison da Costa Monteiro Universidade Federal do Piauí
Teresina, Piauí, Brasil

Recebido em: 31 jan. 2026

Aprovado em: 08 ago. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestra em História pela Universidade Federal do Piauí (2022). Especialista em História do Brasil pela Faculdade Metropolitana (2020). Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (2019). Tem como principal tema de estudo as migrações, o trabalho e a seca durante o século XIX no Piauí. E-mail: kerciavg1@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-3997-9630>

 <http://lattes.cnpq.br/0794333520310154>

** Professor da Universidade Federal do Piauí. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (2004). Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2000). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes campos: Historiografia Brasileira, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Ensino de História, Piauí Imperial e História Agrária, trabalho e trabalhadores no Império do Brasil. E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2808-9516>

 <http://lattes.cnpq.br/6416323751938583>

Resumo

O artigo analisa as experiências e estratégias de sobrevivência das mulheres pobres durante a grande seca de 1877–1879 no Piauí, com foco na cidade de Teresina. A partir da análise de requerimentos e petições encaminhados às Comissões de Socorros Públicos, investiga-se como essas mulheres, entre as quais se encontravam mães, viúvas e mulheres temporariamente separadas dos maridos em decorrência das migrações provocadas pela crise, mobilizaram discursos de gênero, maternidade e pobreza para acessar recursos assistenciais. O estudo insere-se no campo da história das mulheres e da história social do trabalho, compreendendo as noções de trabalho do cuidado e reprodução social como categorias analíticas para compreender práticas cotidianas de manutenção da vida. Argumenta-se que, diante da crise provocada pela seca, essas mulheres ocuparam papel central na manutenção da vida familiar, articulando práticas de resistência cotidiana frente a um sistema assistencial marcado pelo controle social e pelo patriarcado. Ao evidenciar essas experiências, o artigo contribui para a compreensão das relações de gênero, trabalho e pobreza no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Mulheres; Gênero; Seca; Piauí oitocentista.

Between Care and Survival: Women, Gender, and Survival Strategies during the Drought of 1877–1879 in Piauí

Kercia Andressa Vitoriano Gonçalves Federal University of Piauí
Teresina, Piauí, Brazil

Francisco Gleison da Costa Monteiro Federal University of Piauí
Teresina, Piauí, Brazil

Received: 31st Jan. 2026

Approved: 08th Aug. 2026

Published: 31st Aug. 2026

* PhD candidate in History at the Federal University of Piauí. Master's degree in History from the Federal University of Piauí (2022). Specialization in Brazilian History from Faculdade Metropolitana (2020). Bachelor's degree in History from the Federal University of Piauí (2019). Her main research interests are migration, labor, and drought in 19th-century Piauí. Email: kerciavg1@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-3997-9630>

 <http://lattes.cnpq.br/0794333520310154>

** Professor at the Federal University of Piauí. PhD in History from the Federal University of Pernambuco (2016). Master's degree in History from the Federal University of Ceará (2004). Bachelor's degree in History from the State University of Vale do Acaraú (2000). He has experience in the field of History, working mainly in the following areas: Brazilian Historiography, Research Methods and Techniques, History Teaching, Imperial Piauí and Agrarian History, labor and workers in the Brazilian Empire. Email: gleison.monteiro@ufpi.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2808-9516>

 <http://lattes.cnpq.br/6416323751938583>

Abstract

This article analyzes the experiences and survival strategies of poor women during the great drought of 1877–1879 in Piauí, focusing on the city of Teresina. Through an analysis of requests and petitions submitted to Public Relief Commissions, the study investigates how these women—including mothers, widows, and those temporarily separated from their husbands due to crisis-induced migration—mobilized discourses regarding gender, motherhood, and poverty to access relief resources. The study is situated within the fields of women's history and the social history of labor, employing the concepts of care work and social reproduction as analytical categories to understand everyday practices of sustaining life. It argues that, in the face of the drought-induced crisis, these women played a central role in maintaining family life, engaging in practices of everyday resistance against a relief system characterized by social control and patriarchy. By highlighting these experiences, the article contributes to an understanding of the dynamics of gender, labor, and poverty in nineteenth-century Brazil.

Keywords: Women; Gender; Drought; Nineteenth-Century Piauí.

Introdução

A reconstrução dos papéis femininos nos processos históricos tem se mostrado fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais para além das narrativas centradas nas elites políticas e econômicas e nas experiências masculinas de trabalho. Desde o avanço da história social e da história das mulheres, a incorporação das experiências femininas permitiu problematizar categorias tradicionais da análise histórica, evidenciando como relações de gênero estruturaram hierarquias sociais, econômicas e simbólicas ao longo do tempo (Scott, 1995). Inserir as mulheres como sujeitos históricos implica, portanto, deslocar o olhar para práticas cotidianas frequentemente invisibilizadas, sobretudo aquelas situadas nos limites entre o trabalho, o cuidado e a sobrevivência.

Nesse sentido, os estudos de gênero contribuíram de forma decisiva para ampliar a compreensão histórica do trabalho, incorporando à análise atividades que ultrapassam aquelas remuneradas ou reconhecidas socialmente como produtivas. Essa perspectiva permite considerar práticas desenvolvidas no espaço doméstico, o cuidado com os filhos e outros dependentes e as diferentes atividades destinadas à manutenção cotidiana da família. Neste artigo, as noções de cuidado e reprodução social são mobilizadas como categorias analíticas para interpretar essas práticas, sem pressupor que correspondessem às categorias utilizadas pelas próprias mulheres oitocentistas para definir suas experiências. Desse modo, busca-se compreender como trabalho, cuidado e sobrevivência se articulavam nas experiências das mulheres pobres.

O presente artigo insere-se no campo da história das mulheres e da história social do trabalho ao analisar as experiências das mulheres pobres durante a grande seca de 1877–1879 na cidade de Teresina, província do Piauí. Considerada uma das mais graves crises do século XIX no sertão, a seca produziu fome generalizada, intensificou deslocamentos populacionais e aprofundou desigualdades sociais já existentes. Longe de ser apenas um fenômeno climático, a estiagem revelou estruturas sociais marcadas pela concentração de renda, pelas limitações das políticas públicas e pela dependência de mecanismos assistenciais emergenciais (Castro, 2008).

A partir da análise de requerimentos e petições encaminhadas às Comissões de

Socorros Públicos, este estudo busca compreender como mulheres pobres, entre elas mães, viúvas e mulheres que se encontravam sem a presença dos maridos em contextos de migração, mobilizaram discursos de gênero, maternidade e pobreza como estratégias para garantir a sobrevivência própria e de suas famílias. Esses documentos, produzidos em um contexto de extrema vulnerabilidade, permitem acessar não apenas as condições materiais enfrentadas por essas mulheres, mas também suas formas de agência e negociação com as autoridades locais. A prática de peticionar, nesse sentido, pode ser compreendida como uma estratégia socialmente situada, marcada por códigos morais compartilhados e por expectativas de comportamento feminino no século XIX.

A documentação utilizada neste artigo foi levantada no Arquivo Público do Estado do Piauí, em Teresina, especialmente nos conjuntos documentais vinculados ao Fundo Palácio do Governo e ao Fundo do Poder Executivo, Série Comissão de Socorros e Subsérie Correspondências Recebidas, durante a participação no projeto de pesquisa *Pobres e desvalidas: clamor e caridade nas súplicas das mães da seca no Piauí (1877–1879)*, desenvolvido ainda na graduação. A pesquisa envolveu o levantamento, a digitalização e, posteriormente, a transcrição de manuscritos relacionados à seca de 1877–1879. Para este estudo, foram considerados os requerimentos localizados na documentação das Comissões de Socorros Públicos da capital Teresina, em que mulheres figuravam como requerentes. Foram excluídos da análise central os requerimentos exclusivamente masculinos e documentos que não apresentavam relação direta com o objeto investigado. A análise observa as demandas apresentadas, as condições familiares declaradas e os argumentos mobilizados nas solicitações de auxílio, considerando também a mediação da escrita nos casos em que os documentos foram redigidos por terceiros ou assinados “a rogo”. A leitura dessas fontes foi articulada às discussões sobre gênero, trabalho, cuidado e resistência cotidiana, buscando compreender de que modo as condições declaradas pelas requerentes, as formas de apresentação de suas necessidades e suas relações com os mecanismos institucionais de assistência permitem problematizar as experiências de mulheres pobres no contexto da seca.

No Piauí oitocentista, as relações de gênero estabeleciam expectativas distintas para homens e mulheres, associando ao feminino responsabilidades domésticas,

maternas e de cuidado. Essas prescrições, entretanto, não significavam que as experiências das mulheres pobres estivessem restritas ao espaço doméstico, uma vez que elas também desempenhavam diferentes atividades voltadas à obtenção de recursos e à manutenção familiar. Durante a seca de 1877–1879, o agravamento da pobreza, os deslocamentos populacionais e a escassez de recursos intensificaram situações de vulnerabilidade e tornaram mais visíveis, na documentação assistencial, práticas de trabalho, cuidado e busca por recursos que não necessariamente tiveram origem na crise.

A historiografia sobre a seca de 1877–1879 tem destacado seus impactos econômicos, sociais e políticos, sobretudo no que diz respeito às migrações internas e às políticas assistenciais implementadas pelo Estado imperial. Entretanto, a experiência feminina nesse contexto ainda permanece, em grande medida, marginal nas análises, frequentemente diluída em narrativas gerais sobre a calamidade. Ao privilegiar a leitura das petições das chamadas “mães da seca”, este artigo busca evidenciar como essas mulheres acionaram códigos morais associados ao feminino, como a maternidade, a fragilidade e o pudor, para sensibilizar as autoridades e acessar recursos assistenciais. Tais práticas podem ser interpretadas como formas de resistência cotidiana, ainda que silenciosas, diante de um sistema de assistência marcado pela seletividade e pelo controle social.

Dessa forma, o artigo dialoga com a história social do trabalho ao ampliar a compreensão do trabalho feminino para além das atividades remuneradas, considerando também práticas relacionadas à manutenção cotidiana da vida e da família. As noções de cuidado e reprodução social são mobilizadas, nesse sentido, como categorias analíticas para compreender essas experiências, sem atribuí-las ao vocabulário das próprias mulheres oitocentistas. Ao analisar as experiências das mulheres pobres durante a seca de 1877–1879 em Teresina, pretende-se contribuir para a compreensão das relações entre gênero, trabalho e pobreza no Brasil oitocentista, evidenciando o papel central desempenhado por essas mulheres na sustentação da vida familiar e na construção de respostas sociais diante de contextos de crise extrema.

Mulheres pobres e estratégias de sobrevivência durante a seca de 1877–1879 no Piauí

As experiências das mulheres no século XIX aparecem de maneiras distintas nas fontes históricas. Enquanto mulheres pertencentes às camadas socialmente privilegiadas deixaram vestígios mais frequentes em inventários, testamentos e outros registros, as trajetórias das mulheres pobres livres, entre elas lavadeiras, confeitadeiras, costureiras e rendeiras, são mais fragmentárias. Parte dessas mulheres não produziram registros escritos próprios, o que torna suas experiências cotidianas de trabalho, pobreza e sobrevivência mais difíceis de apreender.

As relações de gênero no Brasil oitocentista estabeleciam hierarquias e expectativas distintas para homens e mulheres, especialmente no que se refere à autoridade familiar, à participação política e às responsabilidades domésticas. Essas situações, portanto, não significavam que as experiências das mulheres pobres estivessem restritas ao espaço privado. Suas condições materiais de existência exigiam diferentes formas de participação no mundo do trabalho e nos espaços urbanos, ainda que algumas dessas atividades fossem pouco valorizadas ou reconhecidas socialmente.

No plano normativo, a provisão material da família era associada à figura masculina, enquanto às mulheres eram atribuídas sobretudo as responsabilidades domésticas, maternas e de cuidado. Esse ideal, entretanto, não correspondia necessariamente às experiências das mulheres pobres, entre elas encontravam-se mulheres que exerciam atividades remuneradas ou de subsistência. Conforme Patrícia Ávila Costa (2007, p. 38), “a mulher como mãe veio a ocupar um lugar fundamental na configuração desse novo espaço familiar, centrado no campo do afeto, dos sentimentos e do amor, fechado a quatro paredes e dirigido ao marido e aos filhos”. Cabe destacar que esse modelo de feminilidade, centrado na maternidade, no casamento e no espaço doméstico, deve ser compreendido como uma construção normativa, que não correspondia de maneira uniforme às experiências das mulheres pobres.

Considerando as condições vivenciadas pelas mulheres pobres no período, interessa compreender quais estratégias foram mobilizadas diante das dificuldades

agravadas pela seca. Os deslocamentos migratórios, a escassez de recursos e, em alguns casos, a ausência dos maridos ampliavam as responsabilidades assumidas por mulheres na manutenção de seus grupos familiares. Mais do que pressupor uma transformação dos papéis de gênero provocada pela estiagem, importa observar como a crise intensificou situações de vulnerabilidade e responsabilidades que já integravam as experiências dessas mulheres. Embora a seca atingisse diferentes grupos sociais, seus efeitos não eram experimentados de maneira homogênea. Para a população pobre, a perda dos meios de subsistência, a escassez de alimentos e os deslocamentos agravavam condições de vulnerabilidade já existentes. No caso das mulheres pobres, essas dificuldades articulavam-se ainda às responsabilidades familiares e às desigualdades de gênero que marcavam suas experiências.

A grande seca¹, assim chamada a seca que durou de 1877 a 1879, afetou a economia e a sociedade da região Norte². As elites e o governo decidiram por criar as Comissões de Socorros Públicos, que eram meios utilizados para a prestação de serviços assistencialistas, formados por pessoas nomeadas pelos presidentes provinciais, que recebiam do governo imperial gêneros alimentícios e medicamentos para que as Comissões distribuíssem entre os sertanejos. Nesse ínterim, medidas de socorros formuladas pelo governo central foram sendo postas em prática e trazendo uma nova maneira de os migrantes se relacionarem com o meio em que viviam. As intervenções assistenciais tiveram como base o emprego dos migrantes em obras públicas.

As Comissões de Socorros Públicos serviam como meio de organizar as medidas emergenciais. Era a partir delas que se davam as medidas de intervenção, como a construção de obras públicas para o emprego de migrantes, a distribuição de

1 A expressão "Grande Seca" é empregada pela historiografia para designar o episódio de estiagem iniciado em 1877, considerado a mais abrangente e devastadora seca do século XIX no Norte do Império. Além da elevada mortalidade e dos intensos deslocamentos populacionais, o fenômeno provocou profundas transformações econômicas, sociais e administrativas, mobilizando diferentes instâncias do Estado imperial e dando origem a políticas de socorro, colonização e controle da população retirante. Sobre o tema, ver: VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

2 A expressão "províncias do Norte" é empregada neste artigo em referência à terminologia utilizada no século XIX para designar um amplo conjunto de províncias situadas ao norte do Império, incluindo áreas que posteriormente seriam compreendidas como integrantes do Nordeste brasileiro. A atual divisão regional do país, portanto, não deve ser projetada de forma automática sobre a organização e o vocabulário espacial do período oitocentista.

alimentos e vestuários, como também o fornecimento de atendimento médico. No entanto, por seu caráter emergencial, essas medidas não constituíam uma política permanente capaz de enfrentar as consequências sociais da seca.

Ao analisar os relatórios dos presidentes da Província, Monteiro e Pinheiro (2025, p. 140–141) demonstram que, já em junho de 1877, o governo provincial havia nomeado comissões encarregadas da aquisição de donativos e da distribuição de socorros, além de abrir créditos para essa finalidade e prever a formação de estoques de gêneros de primeira necessidade. A documentação administrativa revela, portanto, uma preocupação das autoridades com a organização dos socorros diante do agravamento da crise e do aumento dos deslocamentos populacionais.

A documentação analisada não evidencia a existência de medidas assistenciais formuladas especificamente para atender às diferentes condições vivenciadas pelas mulheres retirantes. As ações governamentais destinadas aos migrantes incluíam sua inserção em núcleos coloniais, nos quais o trabalho agrícola era concebido também como forma de combater a ociosidade atribuída à população pobre. As mulheres integravam de maneira significativa esses espaços, como por exemplo no Núcleo Felicidade, em janeiro de 1878, foram registrados 70 homens e 68 mulheres, além de crianças e idosos. A proximidade numérica entre homens e mulheres adultas permite observar a presença feminina nesses estabelecimentos e sua inserção nas dinâmicas de trabalho e assistência organizadas durante a seca (Silva; Monteiro, 2025, p. 23–24).

Apesar dessas tensões, a inserção dos retirantes nos núcleos de trabalho esteve marcada por relações de exploração. No Piauí, a organização dos núcleos coloniais possibilitou aos grandes proprietários o acesso à mão de obra barata, subvencionada pelo governo, enquanto os migrantes eram submetidos a condições precárias de trabalho e sobrevivência (Monteiro, 2016, p. 146). Dessa forma, as medidas apresentadas como alternativas de assistência e ocupação dos retirantes também atendiam aos interesses dos proprietários em cujas terras esses trabalhadores eram instalados

Essas relações de gênero atribuíam, no plano normativo, aos homens a responsabilidade pelo provimento material da família e às mulheres funções associadas ao espaço doméstico, à maternidade e ao cuidado. Essas expectativas, contudo, não correspondiam de maneira uniforme às experiências das mulheres

pobres. No contexto da seca de 1877–1879, a escassez de recursos, os deslocamentos populacionais e a ausência temporária ou definitiva de membros do grupo familiar agravaram situações de vulnerabilidade já existentes. Os requerimentos analisados permitem observar mulheres que, em condições distintas, entre elas, viúvas e mulheres cujos maridos haviam migrado, assumiam responsabilidades pela manutenção de si e de seus filhos e recorriam às autoridades em busca de alimentos, vestuário e outros recursos necessários à sobrevivência. Mais do que indicar o surgimento de uma nova dinâmica familiar provocada pela seca, esses casos evidenciam como a crise podia ampliar responsabilidades já presentes na experiência cotidiana das mulheres pobres.

Diante das condições de pobreza e da ausência dos maridos, muitas vezes relacionada aos deslocamentos migratórios, assim como em situações de viuvez, algumas mulheres recorriam às autoridades provinciais por meio de petições e requerimentos, nos quais expunham suas condições de vida e as necessidades de seus grupos familiares. Esses documentos constituíam uma das formas de solicitar auxílio diante das dificuldades de sobrevivência impostas ou agravadas pela seca.

A presença de assinaturas “a rogo” nos requerimentos analisados evidencia as limitações de acesso à escrita de algumas dessas mulheres. Em diferentes casos, as petições eram redigidas por terceiros, circunstância que exige considerar a mediação entre a experiência da requerente e a forma escrita assumida pelo documento. Os requerimentos registram diferentes situações de vulnerabilidade, entre elas a ausência dos maridos em decorrência das migrações e a viuvez. Nessas circunstâncias, as mulheres recorriam às autoridades solicitando, sobretudo, alimentação, vestuário e atendimento médico.

As cartas registravam as condições que essas mulheres e suas famílias vivenciavam. Consta além da sua identificação e a quantidade de filhos, a justificativa para o ato de clamor. Elas declaravam que se encontravam sem a presença do marido, pois haviam saído em migração e por onde passavam só encontravam mais seca e miséria, ou por serem viúvas, trazem nos seus escritos as principais necessidades: alimentação, vestuário e atendimento médico.

Ilustríssimo senhor membro da Comissão de Socorros de Teresina
[ilégível] Teresina, 2 de abril de 1877.

Dis [...] Maria Francisca de Paula, viúva, mãe de sete filhos sendo cinco filhas moças [...] que tendo ficado reduzida no último extremo de miséria, proveniente da seca que flagelou sua [...] província, requer a Vossa Excelência, que se digne socorrê-la com o fato da caridade do estado, com a roupa indispensável para guardar o pudor [...] (APPI, 1877).

O teor apelativo das cartas é evidenciado pelas justificativas ao pedir determinadas ajudas. Na carta citada acima a requerente pede roupas e justifica que é algo necessário para proteger o pudor, principalmente feminino, visto que a requerente possui cinco filhas mulheres e que, portanto, pelo padrão normativo da época, deveriam estar vestidas adequadamente. Segundo a lógica social da época: “[...] o modelo de feminino que deveria ser seguido era o do recato, podendo exibir-se somente para o marido [...]” (Silveira, 2020, p. 178). A referência ao pudor, à maternidade e à responsabilidade familiar presente nesses requerimentos pode ser compreendida à luz dos códigos de gênero vigentes no período. Em vez de pressupor uma utilização deliberada dessas representações pelas requerentes, interessa observar como a linguagem das petições incorporava valores socialmente associados à feminilidade e à moralidade. As cartas descrevem as condições vivenciadas por essas mulheres e suas famílias, entre os motivos apresentados para justificar o pedido de auxílio, aparecem a ausência do marido, as migrações e a responsabilidade pelo sustento dos filhos.

Ilustríssimos senhores membros da comissão de socorros públicos Diz Francisca Maria da Conceição, casada, com quatro filhos, e seu marido que a mais de quatro meses [...] em viagem para a Barra do Corda na província do Maranhão, e que na procura se defronta mais fome e imigração da quais são vítimas com suas famílias [...] por isso vem pedir a Vossa Excelência que atuando [...] fornecê-la de cereal [...] e fazendo, pelo que se tem destinado aos imigrantes. Nestes termos E. R. M^a Teresina 2 de maio de 1878 A rogo da [...] (APPI, 1878).

Em alguns dos requerimentos analisados, a presença de filhos e outros dependentes aparece como elemento importante na construção das solicitações dirigidas às autoridades. Ao informar o número de pessoas sob sua responsabilidade, as requerentes apresentavam não apenas sua condição individual, mas também as necessidades do grupo familiar cuja sobrevivência dependia dos recursos solicitados. Os requerimentos que mencionam filhos e outros dependentes permitem observar situações em que as solicitantes eram responsáveis pela manutenção de grupos

familiares compostos por várias pessoas.

Outro exemplo é o requerimento de Luiza Joaquina Roza:

Luzia Joaquina Roza, natural desta província, pobre desvalida, tem a seu cargo um filho menor de nome José, achando-se sem meio algum de subsistência, vem muito respeitosa e implorar de Vossa Excelência a graça de mandar socorrê-la com vestuários e alimentos com que o governo está dispondo à pobreza, para si e seu referido filho. A [...] confiada na reta justiça que mui caracteriza ao nobre coração de Vossa Excelência. Nestes termos, em respeito mercê, Teresina, 19 de março de 1879 (APPI, 1879).

O requerimento evidencia a precariedade vivenciada por Luiza Joaquina Roza, que se apresenta como “pobre desvalida”, sem meios de subsistência e responsável por um filho menor. A solicitação de vestuário e alimentos permite identificar necessidades imediatas relacionadas à manutenção de ambos. Ao mencionar sua condição de pobreza e a responsabilidade pelo filho, a requerente insere sua demanda em uma linguagem de súplica e deferência à autoridade provincial, característica da própria forma documental dos requerimentos.

As expectativas sociais atribuídas a homens e mulheres diante das dificuldades provocadas pela seca merecem atenção. O ideal masculino de provimento familiar podia fazer da incapacidade de sustentar materialmente a família um elemento de tensão em contextos de pobreza e crise. Fischer e Albuquerque (2002) interpretam essa situação a partir dos sentimentos de impotência associados à impossibilidade de cumprir o papel socialmente atribuído ao provedor. Em contrapartida, as autoras destacam situações em que as mulheres assumiam outras responsabilidades diante das dificuldades de sobrevivência familiar.

O homem, de um modo geral, demonstra sentimento de “impotência e apenas tenta se justificar dizendo que “não tenho de onde tirar”... “não encontro pra quem trabalhar”... e devolve o problema para a mulher, dando-lhe mais uma tarefa: a de pensar sobre o que ele deve fazer. Este é um tipo de situação que deixa o homem um tanto desmoralizado diante da família e com a autoestima em baixa (Fischer; Albuquerque, 2002, p. 7).

As mães da seca, quando os maridos eram mandados aos serviços públicos, ficavam responsáveis por cuidar dos filhos e de toda a família, inclusive de conseguir alimentação e vestimentas. A partir disso, recorriam a Comissão de Socorros Públicos, era necessário buscar pela sobrevivência dia após dia, suplicando para que a

calamidade fosse diminuída ou mesmo sanada. O recurso às petições constituía uma possibilidade de acesso aos mecanismos de assistência disponíveis, por meio da qual essas mulheres apresentavam às autoridades suas condições de vida e as necessidades de seus grupos familiares.

As súplicas eram constantes e se davam de forma muito intensa para que provocasse impacto nas autoridades, demonstrando como estava a situação daqueles indivíduos. Como exemplificação, temos outra carta endereçada ao governo:

Dix Lima Maschima de Jesus, pobre e desvalida, filha de esta província, achando-se em um estado miserável, e uma sua filha só tem faltado de morrerem. Em vista da seca se tem deslizado nesta província, e em vista do que, vem a si humildemente suplicar o auxílio destinado aos indigentes, mandando que a Comissão de Socorros Públicos, forneça de cereais e vestuários, como se depreende de seu miserável estado. Teresina, 20 de março de 1878. Pela suplicante. Manoel Raimundo da Silva (APPI, 1878).

As documentações são fundamentais para que se compreenda como se dava o processo de assistencialismo, bem como demonstram a situação em que se encontravam os migrantes do Piauí no final do século XIX. Ao analisarmos os requerimentos que os pobres encaminhavam para a Comissão de Socorros, rogando auxílio, na tentativa de barganhar recursos necessários à sobrevivência, percebemos as extremas condições em que se encontrava a população pobre do Piauí na época.

Os requerimentos analisados permitem identificar aquilo que essas mulheres solicitavam às autoridades, mas nem sempre possibilitam acompanhar o percurso administrativo de cada pedido ou determinar se o auxílio requerido foi efetivamente concedido. O cruzamento com outros registros, contudo, permite observar a existência de recursos destinados aos socorros. Monteiro e Pinheiro (2025, p. 142–143), a partir dos relatórios provinciais, identificam a distribuição de verbas entre diferentes localidades piauienses, sendo Teresina contemplada com a maior parcela dos valores apresentados naquele registro. Os autores ressaltam, entretanto, que a previsão e a destinação desses recursos não significavam sua chegada imediata e integral aos necessitados, uma vez que a liberação das verbas enfrentava entraves e demoradas discussões administrativas. Assim, embora não seja possível afirmar que cada uma das solicitações femininas aqui analisadas tenha sido atendida, sua existência deve ser compreendida no interior de uma estrutura assistencial que

efetivamente movimentava recursos, mas apresentava limites em sua distribuição.

Podemos perceber também que retirantes de outras províncias, especialmente o Ceará, faziam morada no Piauí, evidenciando a inserção da província nas rotas migratórias provocadas pela seca. Em alguns casos, a falta de recursos, as condições de saúde ou a impossibilidade de prosseguir viagem contribuíam para sua permanência na província. A condição de Teresina como capital provincial e sede de órgãos responsáveis pela administração dos socorros contribuiu para sua constituição como espaço de convergência de retirantes durante a seca. A concentração de recursos, autoridades e mecanismos de assistência fazia da cidade um ponto de passagem e, em determinados casos, de permanência de migrantes provenientes do interior do Piauí e de províncias vizinhas. Abaixo carta de imigrante cearense enviada à Comissão de Socorros de Teresina:

Verônica Maria do Espírito Santo retirante da vila do Sauhá, província do Ceará, viúva paupérrima com cinco filhos de menor idade, além de uma irmã órfã de pai e mãe que a supre e cria, vem implorar de Vossa Excelência a caridade de mandá-la suprir com o vestuário indispensável para si, filhos e irmã, bem como as comidas que Vossa Excelência entender em seu coração filantrópico, visto que sendo a caridade, uma filha de Deus ela pode ser mandada distribuir por uma de suas filhas das quais faz parte vosso excelentíssimo, nestes termos, espera a suplicante ser benignamente deferida.

Teresina, 18 de março de 1879. A rogo de minha mãe Veronica Maria do Espírito Santo (APPI, 1879).

A partir da análise deste documento, pode-se perceber que os retirantes vindos de outras províncias viram no Piauí uma rota de ajuda através da Comissão de Socorros, garantindo assim subsídios básicos para a sobrevivência. Em alguns requerimentos, a escrita por terceiros evidencia a mediação existente na elaboração das solicitações. Como no caso anterior, Verônica Maria do Espírito Santo solicitou que seu filho redigisse a carta pedindo o auxílio em nome da mãe. Era necessário, ao redigir a carta, deixar claro as condições em que se encontravam e para quantas pessoas solicitavam os recursos.

O requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo evidencia uma situação específica de vulnerabilidade: viúva, responsável por cinco filhos menores e por uma irmã órfã, a requerente apresentava-se às autoridades como principal responsável por um grupo familiar numeroso. Seu caso permite observar como viuvez, pobreza e

responsabilidades familiares podiam se articular na formulação dos pedidos de socorro. A carta demonstra o cenário que se encontrava o Piauí, retratos de mulheres e homens com numerosas famílias, sem o mínimo para sobrevivência, que viram nessa província uma acolhida. A carta demonstra mais uma vez que as petições eram de vestuários, sendo indispensáveis, pois já não possuíam nem mesmo o que vestir, e alimentos para todos.

A carta de Augusto Raimundo Carvalho, que a escreveu a pedido da viúva Jozefa Maria do Espírito Santo, uma senhora idosa que vivia sozinha em Termo de Pedro Segundo, pedia ao presidente provincial que dispensasse o seu filho Faustino José Lopez do recrutamento militar.

Diz Jozefa Maria de Espírito Santo, viúva, e moradora na Freguesia do Pedro 2º desta província que, tendo um único filho, de nome Faustino Lopez que lhe serve de arrimo e a quatro irmãos pobres que com a supp. vive, sucedeu ter sido o mesmo recrutado e conduzido preso a esta cidade onde se acha para marchar para o Sul.

Tendo-se a suppte. sem recursos para obter a soltura do dito seu filho lembrou-se do expediente de, com os maiores incômodos e sacrifícios, dirigir-se nesta cidade a V. Exc.^a a quem requer com todo respeito que atendendo aos documentos juntos que emitam o fundamento de seu pedido, se digne de dispensar se referido filho, visto como é ele o maior que se encarrega de dar-lhe o pão e mais de que precisa. Nestes termos a suppte. espera que V. Exc.^a lhe há de fazer. A rogo de Jozefa Maria de Espírito Santo, Augusto Raimundo Carvalho (APPI, s.d).

O requerimento de Jozefa Maria do Espírito Santo apresenta uma situação distinta das solicitações de alimentos e vestuário. Ao pedir a dispensa do filho do recrutamento militar, a requerente argumentava que dependia dele para sua subsistência, evidenciando como os vínculos familiares e a dependência material também apareciam como elementos de justificativa nas solicitações dirigidas às autoridades provinciais.

O requerimento do último ano da seca, 1879, demonstra uma situação de extrema precariedade vivenciada pela requerente e sua família, sendo as autoridades, por meio das assistências, um dos poucos meios a que essa população pobre recorria:

Maria Ribeiro Campos e sua família vem implorar de vossa excelência a graça de mandar socorros pela comissão desta capital com algumas [roupas] de linha para cobrir a vergonha de sua família, pois já não

podem aparecer em público, a falta de recurso, ... porque é retirante. Teresina, março de 1879 (APPI, 1879).

Deste requerimento fica claro que até mesmo as vestimentas faltavam, sendo essas necessárias para cobrir o corpo. No entanto, os recursos que as pobres “deficientes” demandavam do governo são de vários tipos, principalmente dependentes das Comissões de ajuda pública para atender às suas necessidades básicas. Os nomes dessas mulheres pobres sem esperança de sobrevivência aparecem em documentos que pedem a ajuda das autoridades não apenas para “encobrir sua vergonha”, mas acima de tudo para aplacar sua fome.

Para além das petições e requerimentos, podemos destacar os casos de criminalidade envolvendo mulheres. Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016) explicita a situação de uma mulher que foi presa acusada de roubo. Segundo o autor:

Agora, em relação às mulheres podemos destacar o caso da ré Edvirges Maria da Solidada, natural deste termo do lugar Morrinhos, de 51 anos de idade, viúva, vivia de lavoura, que acusada pelo crime de furto de gado praticado em dezembro de 1864, foi julgada no dia 28 de junho de 1865 pelo Júri de Campo Maior. Esta ‘teve incursão máxima no art. 257 do Código Criminal, condenada a quatro anos de prisão com trabalho, e multa de vinte por cento do valor furtado’ (MONTEIRO, 2016, p. 322).

As prisões representam um meio para as autoridades retirarem essas pessoas da vida social. Como Michel Foucault (2009) destacou, a prisão serve para separar os criminosos ou delinquentes do resto da população, controlando estes corpos e monitorando-os constantemente, como é o caso do Colégio dos Educandos Artífices, dos núcleos coloniais e asilos para os doentes mentais. Essas organizações são, portanto, um meio de monitorar e controlar aqueles que podem transgredir as normas sociais impostas pelas autoridades, possuindo um objetivo mais amplo do que simplesmente socorrer os pobres.

Cada modo de olhar a cidade, de agir, de aparecer, contém estratégias e táticas que permitem decifrar a vida na cidade. Nesse sentido, é possível ver os esforços dos governantes em disciplinar os corpos e os sentidos, daí o fedor, os gritos nas ruas, as atividades sociais consideradas incivilizadas e indisciplinadas, resultado do esforço disciplinar de funcionários do governo. Para Foucault:

Um direito de soberania e um mecanismo de disciplina: é dentro desses limites que se dá o exercício do poder, esses limites, são, porém, tão heterogêneos quanto irreduzíveis. Nas sociedades modernas, os poderes se exercem através e a partir do próprio jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas. O que não quer dizer que exista, de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito – da soberania – e de outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder. Na realidade, as disciplinas têm seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização (Foucault, 2009, p. 189).

A partir da demonstração do modo de vida das mães pobres, uma das questões que despertou a preocupação dos governantes foi a normatização do espaço urbano. De acordo com Monteiro: “As cadeias foram espaços institucionais importantíssimos, pois complementava o projeto de disciplinamento dos criminosos” (Monteiro, 2016, p. 103). Devido à chegada de migrantes durante os anos de seca e às condições deploráveis enfrentadas por esses, os registros demonstram a ocorrência de comportamentos como a embriaguez, “contrabando, escada” e furto, principalmente de alimentos. É importante ressaltar a presença feminina nesses casos, as mulheres alegavam que as oportunidades de emprego disponíveis para elas foram desviadas:

Chama atenção a participação efetiva de mulheres nas ações de saques. Em alguns casos, somente havia trabalho em obras públicas para os homens, que recebiam em troca ração alimentar insuficiente para o sustento da família. Havia outro problema – muitas vezes faltavam víveres ou recursos financeiros nos núcleos coloniais e depósitos da Comissão de Socorros Públicos em virtude de desvios realizados por seus encarregados (Barboza, 2013, p. 314).

Os registros demonstram que esses roubos de alimentos se davam por conta da necessidade de sobrevivência daquelas pessoas que sem ter o que comer, viam a prática do roubo como um meio de não morrer de fome: “A prática de roubo em Teresina explicava-se pelas precárias condições de subsistência, pela pressão da miséria, e mais, pela pobreza que dominava o cotidiano do trabalhador” (Araújo, 1991, p. 65).

As condenações eram diferentes para homens e mulheres, pois o ofício dos

homens estava ligado a oficinas e a limpeza das instituições, enquanto as mulheres que eram presas “empregarão em trabalhos próprios do seu sexo, e especialmente na prontificação e concerto das roupas dos presos” (Monteiro, 2016, p. 315). Na documentação analisada pelo autor, a condição de trabalhador autônomo aparece de forma recorrente na identificação profissional dos indivíduos. No caso das mulheres, as possibilidades de inserção no mundo do trabalho eram atravessadas pelas relações de gênero e pela desvalorização de atividades socialmente associadas ao feminino. Mulheres livres, libertas e escravizadas exerciam diferentes ocupações, embora algumas delas fossem consideradas secundárias no interior das hierarquias sociais e laborais oitocentistas. De acordo com Monteiro:

Nas ‘Profissões manuais ou mecânicas’, a primeira ocupação que analisamos são as ‘costureiras’, com o número de 18.003. Estas são representadas apenas por mulheres que, nesse recenseamento, encontram-se distribuídas entre mulheres livres com 16.538 e as livres estrangeiras, com 31. As mulheres escravas, com 1.434, aparecem com mais evidência, pois estas também se fizeram presentes nos outros ofícios, mas somente na função de ‘costureira’ aparecem com unanimidade, marcando sua ação na malha da produção para o mercado interno ou externo da província (Monteiro, 2016, p. 103).

As mulheres que trabalhavam ainda compartilhavam do seu tempo com as tarefas domésticas, criando os filhos e cuidando dos pequenos roçados. Parte dessas atividades, especialmente aquelas realizadas no âmbito doméstico e familiar, não era remunerada nem reconhecida socialmente nos mesmos termos que outras formas de trabalho. Essas práticas, contudo, eram fundamentais para a manutenção cotidiana dos grupos familiares e evidenciam a diversidade das formas de trabalho exercidas pelas mulheres pobres no período. Acima de tudo, tentavam na lutar pela sobrevivência, escapar do isolamento “político e social” que tentava subjugar-las, mas seus “laços de família” suscitou resistências à ordem e ao poder local. A título de exemplo, basta analisar a literatura que sustenta os pedidos de dispensa do serviço militar, visto que a maioria são elaborados a pedido de muitas viúvas idosas, que por vezes têm apenas filhos para ajudar a família (Monteiro, 2016, p. 103-104). Nancy Priscilla Naro destaca:

A complicada questão da contribuição de mulheres para a formação de uma identidade nacional e de um conceito de cidadania na sociedade brasileira do século XIX tem uma natureza mais delicada. Mulheres

tinham suas vozes silenciadas nas esferas política e judicial daquela sociedade, mas elas estavam, mesmo assim, ligadas ao meio político e social através de laços familiares, reais ou fictícios, eventos, festivais religiosos, caridades e instituições educacionais (Naro, 2006, p. 150).

As mulheres na cidade nem sempre possuíam emprego fixo ou algum vínculo empregatício direto com um patrão; havia a possibilidade de organizar o cotidiano e, particularmente, seu lazer. Sobre isso, Araújo acrescenta:

Dado o tipo de trabalho flutuante que exerciam, a diversão estava associada ao seu ritmo diário de sobrevivência. Ficavam por exemplo, os carregadores d'água, de lenha, próximos ao rio Parnaíba e ao Mercado Público, nas principais ruas onde o movimento era maior. Mas, às vezes, o tempo sem ocupação remunerada era abundante e as conversas entre eles tornavam-se momentos de lazer. Proseavam uns com os outros; comentavam sobre as carestias, e contavam anedotas e lendas. Era nestes momentos que trocavam entre si convites para beber pinga nas 'quitandas' e 'botecos' (Araújo, 2001, p. 243–244).

Em Teresina havia também desempregados, que se juntavam aos trabalhadores sem emprego fixo nas praças da capital e “ficavam à espera de uma ocupação, fumando cachimbo de barro ou de imburana, soltando baforadas. Submetiam-se a tarefas que lhes possibilitassem satisfazer apenas suas necessidades imediatas, troca de um prato de comida” (Araújo, 2001, p. 244). Já as mulheres, eram, “doceiras, costureiras e artesãs, que intercalavam o trabalho para fora com as suas obrigações domésticas. Sabiam, assim, levar a labuta entremeada pela baforada de um cachimbo de barro, pelas conversa com as vizinhas ou pelo cantarolar” (Araújo, 2001, p. 244).

Os afazeres eram os mais diversos possíveis, como demonstrado; mulheres se ocupavam lavando roupas para os patrões na beira do rio Poti. Seria esse um dos momentos de sociabilidade entre as mulheres, onde trocavam conversas sobre a vida cotidiana. Segundo Mairton Celestino da Silva (2008, p. 48), também “era comum nesses locais ocorrerem brigas, desentendimentos, uso de bebidas alcoólicas e mortes por afogamento”. Esses acontecimentos reforçavam a perspectiva de que “o mundo da rua era frequentado por pessoas dadas aos crimes, aos vícios, e a todos os tipos de incivilidade”.

O espaço das ruas constituía um importante lugar de trabalho e sociabilidade para parcelas da população pobre de Teresina, mas também estava sujeito à vigilância e à repressão das autoridades. No caso das mulheres pobres que circulavam por esses espaços, os registros analisados evidenciam situações de conflito, violência e

criminalização de determinadas práticas e comportamentos. Algumas delas aparecem na documentação envolvidas em brigas, desordens e outros episódios que contrariavam as normas de conduta socialmente estabelecidas. Essas ocorrências não devem, contudo, ser tomadas como características das mulheres pobres de forma geral, mas compreendidas no interior das relações de gênero e das formas de controle social que incidiam sobre sua presença e atuação nos espaços públicos.

Dessa forma, as mulheres livres e pobres da província adquiriam reputações de desordeiras por promoverem distúrbios e brigas nos locais públicos, como também eram suscetíveis a serem engadas por homens mal-intencionados. A polícia convivía com a situação e já conhecia os procedimentos que eram necessários nessas situações, eram tão conhecidas que chegavam ao ponto de “insultarem positivamente até os soldados que passam em serviço” (Silva, 2008, p. 48). Essas mulheres mantinham, às escondidas, romances amorosos com os policiais, o que talvez pudesse ser algo verídico, visto que os envolvimento eram frequentes, principalmente com as quitandeiras e quituteiras que ficavam aos redores do mercado municipal.

Nos registros analisados por Silva (2008, p. 48), algumas mulheres pobres aparecem qualificadas de forma depreciativa como ‘escandalosas’, ‘desordeiras’ pelas ruas da cidade de Teresina e por essas atitudes frequentes de embates com a polícia, eram conhecidas como “loucas”. A partir da pesquisa de Silva (2008), é possível destacar o exemplo da escrava Maria da Conceição, que com o pretexto de ser louca, foi amordaçada pelos soldados, que lhe deram muitas “bordoadas”, enquanto a levavam violentamente para a cadeia. Maria da Conceição foi colocada em um “quarto escuro”, para onde eram enviados os detentos mais perigosos da capital, e, dias depois, em consequência de muitas pauladas, ela sofreu um aborto na cadeia (Silva, 2008).

Sutilmente, as mulheres pobres são demonstradas nos documentos oficiais como sofredas, desempregadas, buscando a prostituição. As que não conseguiam se manter de modo algum tentavam lidar com a falta de alimentos, que por sinal eram vendidos a preços altos, e apelavam para a prostituição. Muitas dessas mulheres praticavam o ato de forma escondida, ocultando o máximo que conseguiam: “Até mulheres casadas, solteiras e menores pobres entregavam-se ao meretrício. Quando não possuíam nenhum meio de ganho, recorriam aquela prática para suportar os percalços da vida e ganhar dinheiro para suprir as necessidades básicas para suas

famílias” (Araújo, 2010 p. 62), ou seja, o ato está diretamente ligado à sua classe social.

Muitas dessas mães da seca, mulheres pobres do meio urbano, buscavam estratégias variadas para amenizar a pobreza, como a venda de alimentos em espaços públicos, sobretudo em frente às igrejas durante festejos religiosos. A produção artesanal de doces e redes também integrava o cotidiano dessas mulheres, que acumulavam ainda a responsabilidade pelos afazeres domésticos, incluindo a busca diária de água nos rios e a lavagem de roupas, atividades essenciais à sobrevivência familiar (Araújo, 2001, p. 243–244).

Lavavam roupas no rio e eram vistas em ocasiões da distribuição de gêneros alimentícios. Estas eram formas improvisadas de sobrevivência para manter a família, uma vez que observamos na documentação existente casos de mulheres que assumiam sozinhas a responsabilidade do sustento com seu próprio trabalho. Como nos diz a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, p. 178), o viver dessas mulheres “beirava a magia e o sobreviver de milagres que tão bem são representados nos contos populares”.

Ao analisar o cotidiano das mulheres pobres em Teresina entre 1890 e 1920, Camila Melo Silveira da Silva observa que sua presença nos espaços públicos era atravessada por discursos de moralização e por expectativas de comportamento feminino. A autora demonstra como determinadas práticas das mulheres populares, especialmente quando contrariavam os padrões de civilidade defendidos pelas elites, tornavam-se objeto de atenção da imprensa e de mecanismos de controle social. Embora seu recorte seja posterior ao período aqui analisado, sua pesquisa permite observar a permanência, na sociedade teresinense, de representações que associavam pobreza feminina, presença no espaço público e comportamentos considerados desviantes (Silva, 2017, p. 49–50).

As experiências das mulheres pobres, portanto, não podem ser compreendidas exclusivamente a partir dos modelos normativos de feminilidade construídos pelos grupos socialmente mais favorecidos. Sua presença nos espaços públicos, suas formas de sociabilidade e as atividades desenvolvidas para garantir a sobrevivência podiam entrar em conflito com expectativas de comportamento associadas ao feminino. Nesse sentido, as representações depreciativas presentes na imprensa e em outros registros devem ser analisadas menos como descrições objetivas dessas mulheres e

mais como expressões dos mecanismos de moralização e controle que incidiam sobre determinados comportamentos femininos.

As visões padronizadas dos representantes do poder público podem ser vistas nos códigos posturais da cidade nesse período. Muitas das formas disciplinares estabelecidas nesses códigos foram contornadas pelas táticas do povo para “se ajustar” à sua própria maneira quando vivia nas cidades. Táticas:

É a ação calculada que é determinada pela ação de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria; a tática é um movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar, aumentar a propriedade e prever saídas. Em suma, a tática é a arte do fraco [...]. As táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir (Certeau, 1994, p. 100-101).

As estratégias de disciplinamento formuladas pelas autoridades conviviam com práticas cotidianas que nem sempre correspondiam aos padrões de comportamento e ordenamento urbano pretendidos pelo poder público. As experiências das mulheres pobres evidenciam justamente os limites desse projeto disciplinador, uma vez que suas formas de trabalho, sociabilidade e sobrevivência ocupavam espaços que as autoridades procuravam normatizar.

Analisando o conceito de gênero já exposto, é possível levantar a hipótese de que esses relatos podem ser analisados como meio de sensibilização, visto que a figura feminina ainda estaria muito ligada à maternidade e à fragilidade. A presença de referências à maternidade, à fragilidade e às responsabilidades familiares nos requerimentos permite observar como valores socialmente associados ao feminino atravessavam a linguagem dessas solicitações. Mais do que afirmar que as requerentes mobilizavam conscientemente tais códigos com o objetivo de obter respostas favoráveis, interessa perceber como suas demandas eram formuladas no interior de

relações de gênero que delimitavam expectativas e possibilidades de atuação para as mulheres pobres.

Partindo do conceito de protesto sertanejo cotidiano de James Scott (2002), pode-se discutir em que determinadas ações podem ser interpretadas como formas cotidianas de resistência, um protesto sutil para transcender as fronteiras do sujeito. Dessa maneira entendemos as formas cotidianas de resistência, como a “luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (Scott, 2002, p. 11).

A resistência cotidiana aqui utilizada se expressava nos pequenos atos dos pobres que foram contra a exploração das elites, sendo posto em prática nos atos de saques aos depósitos da Comissão de Socorro Público, durante os voos de alistamento e, sobretudo, em cartas de requerimentos escritas por mães da seca. Observando atentamente as ações desses, abriremos os olhos para ver o espaço da microrresistência dos sujeitos, que não é outro senão o que:

[...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (Scott, 2002, p. 24).

As formas cotidianas de protesto se tornaram a principal arma de resistência das classes populares, afirmação que pode ser verificada quando se entende que essas ações são pessoais e não exigem organização prévia. É um mecanismo que não visa a interrupção imediata do sistema, mas obter benefícios imediatos. A Resistência Diária dos Camponeses refere-se a:

[...] indivíduos ou grupos sem organização formal. Enfrenta situações conjunturais e nelas se esgota. É baseada em discursos ocultos, fofocas e boatos sem autores identificados. A mobilização é espontânea e não se expõem os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis pela mobilização. Acontece com o intuito de ganhos imediatos (Pontes, 2017, p. 57).

Observar criticamente essas histórias possibilita perceber a força usada pelos sertanejos para encontrar uma maneira de sobreviver. As experiências analisadas evidenciam que mulheres pobres, submetidas a relações sociais e de gênero desiguais, mobilizaram diferentes estratégias diante das dificuldades de sobrevivência. Ainda

que realizadas por meio de ações cotidianas e pouco formalizadas, as práticas identificadas nos requerimentos revelam formas de negociação com as autoridades e esforços voltados à manutenção de seus grupos familiares.

A análise dessas experiências evidencia, portanto, que as formas de atuação das mulheres pobres em Teresina não podem ser reduzidas a uma experiência feminina homogênea. Viúvas, mães, trabalhadoras e mulheres que se encontravam sem a presença dos maridos aparecem na documentação em condições distintas, mobilizando diferentes recursos diante das dificuldades cotidianas. Entre o trabalho, o cuidado familiar, as solicitações dirigidas às autoridades e a circulação pelos espaços públicos, suas experiências revelam formas diversas de enfrentar a pobreza e as limitações impostas pelas relações sociais e de gênero. No contexto da seca de 1877–1879, essas práticas permitem compreender não apenas as condições de vulnerabilidade vivenciadas por essas mulheres, mas também suas possibilidades de ação e negociação em meio à crise. É a partir dessas experiências plurais que se torna possível compreender a presença e a atuação das mulheres pobres na sociedade piauiense oitocentista.

Conclusão

A análise das experiências das mulheres pobres durante a seca de 1877–1879 em Teresina evidencia a centralidade do trabalho feminino na sustentação da vida cotidiana em contextos de crise extrema. A partir da leitura dos requerimentos encaminhados às Comissões de Socorros Públicos, foi possível compreender como mulheres em diferentes situações familiares, entre elas mães, viúvas e mulheres separadas dos cônjuges em decorrência dos deslocamentos migratórios, articularam estratégias de sobrevivência. Ao recorrerem às autoridades, mobilizando discursos de maternidade, pobreza e moralidade, essas mulheres inscreviam suas demandas em um campo de negociação marcado por hierarquias sociais, de gênero e de poder.

Os documentos analisados revelam que tais práticas não podem ser compreendidas apenas como expressões de dependência ou passividade frente ao Estado imperial. Ao contrário, as petições configuram-se como formas de ação social e política, nas quais as mulheres pobres atuavam como mediadoras entre suas

necessidades cotidianas e os mecanismos institucionais de assistência. Nesse sentido, o ato de requerer auxílio, narrar as necessidades familiares e buscar recursos para si e para os filhos pode ser compreendido, analiticamente, como parte das práticas voltadas à manutenção cotidiana da vida familiar. É nessa dimensão que as noções de cuidado e reprodução social são mobilizadas neste artigo, não como categorias presentes no vocabulário das requerentes, mas como instrumentos para interpretar práticas concretas registradas na documentação.

Ao evidenciar essas experiências, o artigo dialoga com a história social do trabalho e com a história das mulheres, contribuindo para além das atividades remuneradas e socialmente reconhecidas como produtivas. As práticas femininas observadas durante a seca demonstram que o trabalho das mulheres pobres era múltiplo, articulando atividades domésticas, estratégias de subsistência, redes de solidariedade e a utilização dos códigos morais associados ao feminino. Assim, o estudo reforça a importância de compreender o trabalho feminino como elemento estruturante das economias da sobrevivência no Brasil oitocentista.

Por fim, ao colocar no centro da análise as chamadas “mães da seca”, este trabalho busca contribuir para a visibilização de sujeitos historicamente marginalizados pela historiografia tradicional. As experiências dessas mulheres revelam não apenas as desigualdades de gênero e pobreza que marcaram o período, mas também as formas de agência e resistência cotidiana construídas em meio à adversidade. Desse modo, a investigação sobre o trabalho feminino durante a seca de 1877–1879 permite compreender, de maneira mais ampla, as relações entre gênero, assistência e sobrevivência no Império brasileiro, destacando o papel fundamental desempenhado pelas mulheres pobres na sustentação da vida e na construção de respostas sociais diante da crise.

Referências

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Fundo Palácio do Governo. Série Comissão de Socorros. Subsérie Correspondências Recebidas (Requerimentos).

Documento: *Requerimento de Maria Francisca de Paula (viúva)*. Teresina, 2 abr. 1877. Caixa sem numeração.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Fundo Palácio do Governo. Série Comissão de Socorros. Subsérie Correspondências Recebidas (Requerimentos). Período: 1876–1889. Caixa sem numeração.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Palácio da Presidência. Correspondência recebida pela Comissão de Socorros. *Requerimento de Luzia Joaquina Roza solicitando auxílio à Comissão de Socorros da capital*. Teresina, 1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Palácio da Presidência. Correspondência recebida pela Comissão de Socorros. *Requerimento de Dix Lima Maschima de Jezus solicitando auxílio à Comissão de Socorros da capital*. Teresina, 20 mar. 1878.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Fundo Palácio do Governo. Série Comissão de Socorros. Subsérie Correspondências Recebidas. *Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo*. Teresina, 18 mar. 1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Fundo do Poder Executivo. Caixa 366. Série Comissão de Socorros. Subsérie Correspondências Recebidas. *Requerimento de Augusto Raimundo Carvalho em favor de Jozefa Maria do Espírito Santo*. Teresina, 1850–1867.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APPI). Palácio da Presidência. Correspondência recebida (Requerimentos). Série Comissão de Socorros. Subsérie Correspondências Recebidas. *Requerimento de Maria Ribeiro Campos solicitando auxílio à Comissão de Socorros da capital*. Teresina, 1878. Caixa 366.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *O poder e a seca de 1877 a 1879 no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877–1910)*. In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias de vário feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. *Vozes, Pretérito e Devir*, Teresina, ano 1, v. 1, n. 2, p. 309–324, 2013.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 100–102.

COSTA, Patrícia Ávila. *Da janela das andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil. *Trabalhos para Discussão*, n. 139, jul. 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa; PINHEIRO, Lucas Clementino Feitosa. Seca, migração e vinculações com a “indústria da seca”: a Comissão de Socorros Públicos no Piauí Imperial (1877–1879). *Revista Espacialidades*, v. 21, n. 1, p. 134–157, 2025. DOI: 10.21680/1984-817X.2025v21n1ID38878.

NARO, Nancy Priscilla. O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a justiça. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 150.

PONTES, Daniel Lucas Ribeiro. *Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), Belém, 2017.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10–31, jan./jun. 2002.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Camila Melo Silveira da. Viver e sobreviver: o cotidiano das mulheres pobres em Teresina (1890–1920). 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SILVA, Kátia de Araújo; MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. Trabalho e resistência dos migrantes nos núcleos coloniais do Piauí, na seca de 1877–1879. In: SILVA, Almerito Francisco Oliveira da; LOPES, Italo de Andrade (org.). Diálogos do ofício histórico: experiências de pesquisa e escrita histórica. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2025,

SILVA, Mairton Celestino da. Batuque na rua dos negros: cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista. In: LIMA, Nilsângela Cardoso (org.). Páginas da história do Piauí colonial e provincial. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 178.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.